



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001599-72.2013.8.17.0000 (0296089-6)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADSON TENÓRIO GUEDES E OUTROS

PACIENTE: LUCAS RAFAEL COELHO DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATOR CONVOCADO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E CORRUPÇÃO DE MENOR. ALEGAÇÕES DE ILEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA E EXCESSO DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRECONSTITUÍDA. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Não é possível o conhecimento, em sede de habeas corpus, do pedido de liberdade provisória por ilegalidade da prisão preventiva e excesso de prazo, haja vista a ausência de qualquer prova preconstituída, sendo a dilação probatória incompatível com o procedimento sumário deste mandamus. Precedentes do STF e do STJ.*
- 2. Habeas corpus não conhecido.*

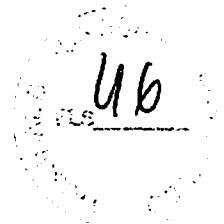
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0001599-72.2013.8.17.0000 (0296089-6) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste

1
Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, não conhecer do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator Convocado.

Recife, 16 de Junho de 2013.


FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Des. RELATOR CONVOCADO





47

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001599-72.2013.8.17.0000 (0296089-6)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADSON TENÓRIO GUEDES E OUTROS

PACIENTE: LUCAS RAFAEL COELHO DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATOR CONVOCADO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por ADSON TENÓRIO GUEDES e HALLISON CRISTHIANO RODRIGUES DE SIQUEIRA em favor de LUCAS RAFAEL COELHO DA SILVA, acusado da prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/06 e no art. 244-B do ECA (tráfico de entorpecentes e corrupção de menores), apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 4ª Vara de Entorpecentes da Capital.

Fundamentam a pretensão à ordem declarando que o paciente se encontra custodiado desde 07/05/2012, estando à disposição da autoridade coatora nos autos do processo nº 0030421-05.2012.17.0001.

Argumentam que o paciente é primário, possui endereço fixo, não havendo motivos legais para a manutenção da prisão preventiva. Por fim, sustentam a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, vez que nem sequer foi interrogado.

Foi negada, às fls. 23/24, a concessão de liminar, pois não restou demonstrada, de plano, a plausibilidade do direito pleiteado.

Instada a prestar informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou, às fls. 31/35, que a prisão preventiva do acusado tem como fundamento

1

48

jurisprudência assente no STF e STJ que veda a concessão de liberdade provisória ao preso em flagrante por tráfico de entorpecentes. Informou, ainda, que o processo se encontra no aguardo da defesa preliminar do acusado, o qual foi devidamente notificado através de seu advogado, em 22/11/2012, para apresentá-la, além de ter sido novamente intimado em 23/01/2013 para nomear novo patrono a fim de apresentar sua defesa, dando causa, assim, ao retardo no processamento do feito.

A Douta Procuradoria de Justiça, em parecer às fls. 41/42, opinou pela denegação da ordem, por entender que não está caracterizado constrangimento ilegal, tendo em vista que as circunstâncias pessoais favoráveis ao acusado não tem o condão de, por si sós, obstacular a prisão preventiva, além de não haver constrangimento ilegal por excesso de prazo, haja vista o atraso ter sido causado pela própria defesa.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de março de 2013.

FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Des. RELATOR CONVOCADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001599-72.2013.8.17.0000 (0296089-6)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADSON TENÓRIO GUEDES E OUTROS

PACIENTE: LUCAS RAFAEL COELHO DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATOR CONVOCADO: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Os impetrante requerem, em síntese, a revogação do decreto de prisão preventiva expedido contra o paciente, sob o argumento de ausência das hipóteses autorizadoras do art. 312 do CPP, alegando que o paciente não representa uma ameaça à ordem pública, haja vista ser primário, ter bons antecedentes e residência fixa, além de alegar a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão do feito.

Cumprе observar que os impetrantes não juntaram sequer um documento que comprove suas alegações, acostando apenas um instrumento particular de procuração e outro de substabelecimento (fls. 15/16).

A estreita via do *habeas corpus* exige, no entanto, que sejam acostadas provas preconstituídas de todas as alegações do impetrante, haja vista ser a dilação probatória incompatível com o rito sumário deste *mandamus*, conforme entendimento pacífico da jurisprudência pátria:

STF: *"A liquidez dos fatos constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o remédio processual do "habeas corpus" não admite dilação probatória, nem permite o exame aprofundado de matéria fática, nem comporta a análise valorativa de*

4
elementos de prova. Precedentes". (HC 94.592/SP, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE 03/04/2009). 50

STJ: *É inviável o conhecimento, em sede de habeas-corpus, de pedido de reconhecimento de extinção da punibilidade do paciente, seja pelo cumprimento de suas penas seja pela ocorrência de prescrição, se a matéria não se encontra devidamente demonstrada, sendo necessário para a plena compreensão da questão decidida na instância inferior a instrução dos autos com prova preconstituída do quadro fático em que se fundam suas alegações. - Habeas-corpus não conhecido".* (HC 19.323/SP, Sexta Turma, Rel. Min. VICENTE LEAL, DJ 17/06/2002, p. 305).

Assim, não há como conhecer, na via estreita do *habeas corpus*, as alegações sustentadas pelos impetrantes, haja vista a ausência de provas preconstituídas.

Isto posto, meu voto é pelo **não conhecimento** deste *mandamus*.

É COMO VOTO.

Recife, 26 de março de 2013.

FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
Des. RELATOR CONVOCADO